

#VAITERCOPA

O QUE NÃO VAI TER É

ÁGUA EM SÃO PAULO

Movimentos sociais denunciam irresponsabilidade do governo Alckmin

São Paulo vive hoje uma das mais caóticas crises no abastecimento de água de toda sua história. O governo tucano de Geraldo Alckmin (PSDB) nega, mas o fato é que grande parte dos bairros periféricos já sofre com racionamento ou o chamado revezamento, com água dia sim, dia não.

Em maio, o Sistema Cantareira, principal fonte de abastecimento da região metropolitana de São Paulo, chegou a operar com pouco mais de 8% de sua capacidade total, o mais baixo nível de todos os tempos.

O governo e a Sabesp tinham conhecimento da crise bem antes, mas como ignoraram solenemente os avisos e não investiram em medidas preventivas, estão recorrendo agora, de forma atrapalhada, ora a medidas equivocadas (ligar o Sistema Cantareira a outros reservatórios), ora ilegais (proposta de multar em 30% quem aumentar o consumo), outras desastrosas, como o uso da reserva técnica, o chamado "volume morto" (ver matéria ao lado).

No final das contas, quem mais sofre

com tais medidas é a população. O governo quer que paguemos a conta da falta de água. Por isso, os movimentos sindical e popular se uniram para lutar lado a lado em defesa da água no estado de São Paulo e um dos passos dessa luta é a realização de um grande ato no próximo dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente.

A manifestação tem dois objetivos principais: denunciar a irresponsabilidade do governo tucano e esclarecer a população sobre as consequências dessa irresponsabilidade.

A concentração será às 9h, na Estação Pinheiros do Metrô (Rua Sumidouro - Praça Victor Civita). Durante o ato, será feita a entrega de um documento ao secretário de Recursos Hídricos do Estado, Mauro Arce. Estão convocados a participar: trabalhadores, estudantes, aposentados, desempregados, jovens, adultos, crianças, idosos, enfim, representantes de todos os setores e faixas etárias da sociedade, em especial as donas de casa, que sentem mais diretamente os efeitos dos cortes no abastecimento.

ATO DIA 5 DE JUNHO

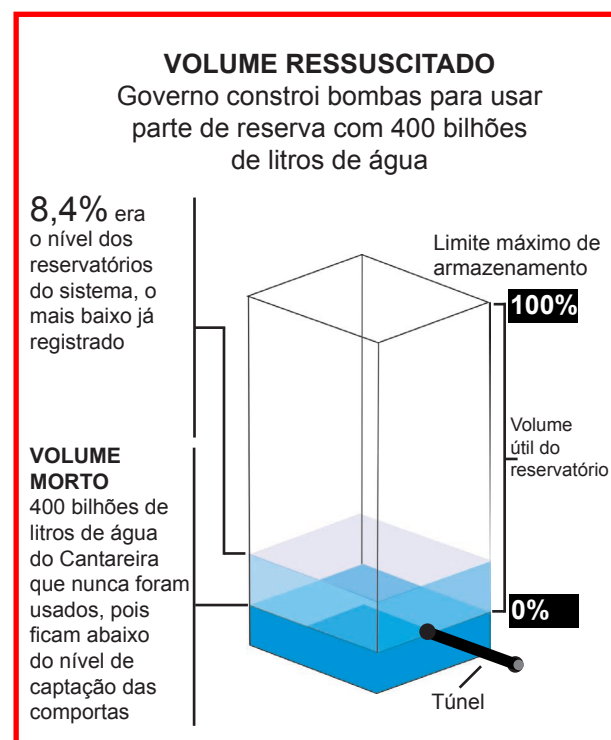
Concentração: 9h

Local: Estação Pinheiros do Metrô (Linha Amarela)
Rua Sumidouro - Praça Victor Civita

CUT - CTB - CMP - MAB - MST - FAF - FTIUESP - SINTAEMA -
LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE - FENATEMA - FNU - UNE -
UBES - UEE - MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES



Riscos do volume morto



Em evento cercado de pompa, no dia 15 de maio o governador Alckmin apertou o botão que acionou as bombas que estão levando o volume morto do Sistema Cantareira para ser distribuído a cerca de 8,8 milhões de pessoas da Grande São Paulo. Ao todo, serão 17 bombas que puxam a água do volume morto para levá-la aos túneis do Cantareira. O custo da obra, que começou em março, é de R\$ 80 milhões.

O volume morto é um reservatório com 400 bilhões de metros cúbicos de água situado abaixo das comportas das represas do Sistema Cantareira. Conhecida também como reserva técnica, essa água nunca foi utilizada para atender a população. Seu uso, além de só garantir o abastecimento durante quatro a seis meses, pode trazer consequências danosas à saúde, ao meio ambiente e ao bolso. Veja como:

Saúde: os poluentes sedimentados no fundo das represas podem ser movimentados e entrar na tubulação. Segundo especialistas, mesmo o tratamento mais intenso não elimina possíveis metais pesados presentes na água, como chumbo, mercúrio. Esses metais podem causar problemas no sistema nervoso, fígado, rins, dores abdominais, perda de visão e até câncer.

Meio ambiente: o uso do volume morto do Sistema Cantareira pode esgotar a água de bacias e rios, causando danos ao ecossistema. Se a estiagem se prolongar, a qualidade da água vai piorar, com grande risco de uma tragédia ambiental, como a mortandade de peixes. Para recuperar o reservatório, caso o volume morto seja totalmente usado, será preciso mais de uma década.

Bolso: o custo do tratamento da água do volume morto é maior do que o do volume útil, podendo ser até 40% mais caro. Esse acréscimo certamente será repassado para a conta do consumidor, possivelmente em 2015.

Ações do MP pedem indenização de R\$ 11,5 bi

No final de 2012, o Ministério Público moveu uma ação judicial contra a Sabesp, pedindo uma indenização de R\$ 11,5 bilhões, valor calculado com base na indenização ambiental e ao patrimônio público causado pelo despejo de esgoto in natura nos rios e represas da região metropolitana de São Paulo.

Segundo ex-funcionários da companhia, essa é uma prática comum. Para isso, a empresa se baseia no próprio estatuto da Sabesp, que em um de seus artigos prevê o “afastamento do esgoto”, não o tratamento.

O Ministério Público também pede na ação civil pública que a Justiça obrigue a Sabesp a providenciar a coleta e tratamento de esgoto em toda a região metropolitana de São Paulo até 2018, sob pena de multa diária.

Sobre a crise deste ano, o MP quer que o racionamento seja instituído de forma oficial no estado. A falta de prestação de contas sobre o caso pode resultar em uma ação de improbidade administrativa contra o governador Geraldo Alckmin (PSDB).



A falta de chuva, aliada à falta de investimento em obras, fez com que o Sistema Cantareira, principal fonte de abastecimento da região metropolitana de São Paulo, atingisse o mais baixo nível de sua história: pouco mais de 8% de sua capacidade, obrigando o governo a lançar mão de um recurso que trará sérias consequências ao ecossistema. Mesmo negado, o racionamento é uma realidade, principalmente nas regiões da periferia.



São Paulo está com pouca água. A afirmação é correta, mas é importante analisar os motivos, que não são apenas climáticos. Não há uma política de saneamento e em dez anos nada foi feito para usar melhor a água disponível. Ao contrário, o consumo aumentou – e com ele o faturamento da Sabesp. Além disso, a perda de água declarada pela própria Sabesp é de 25% do que é retirado, volume equivalente a uma represa Guarapiranga e Billings juntas, ou, ao abastecimento de 3,7 milhões de pessoas.

Tucanos consideram água mercadoria e não um bem essencial à vida

A Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – é uma empresa de economia mista que, desde 2002, possui ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo e Nova Iorque (EUA). Portanto, tem como finalidade principal obter lucro a ser distribuído aos seus acionistas.

O maior acionista da Sabesp é o governo do estado, com 50,3% das ações, por força de lei. Nessa condição, é ele (o governo) quem mais recebe dividendos da Sabesp. Entretanto, até 2011 nenhum dividendo foi investido em saneamento pelos tucanos. Só a partir desse ano, quando lançou o pro-

grama Pró-Conexão (para subsidiar integralmente as instalações internas das casas da população de baixa renda para conexão à rede de esgotos), o governo passou a investir. Mesmo assim, só uma pequena parte.

Dessa forma, há tempos a água passou a ser tratada pelo governo tucano como um simples produto, negociado sem nenhum tipo de fiscalização, inclusive no mercado internacional, gerando lucros absurdos, que beira os R\$ 2 bilhões anuais. Em resumo, em São Paulo a água não passa de uma mercadoria rentável e não um direito do cidadão e um bem essencial à vida.

“Morte anunciada”: governo sabia que haveria seca, mas fingiu que não era com ele

Em 2004, época da renovação da outorga (Portaria DAEE 1.213/04), a Sabesp assumiu compromissos que, se tivessem sido cumpridos, a crise não teria tomado as proporções que tomou. Um dos artigos diz que a companhia deveria elaborar, em 12 meses, um Plano de Contingência para ações durante situações de emergência. Esse plano não existe.

Outro artigo estabelece que a Sabesp deveria providenciar, no prazo de até 30 meses, estudos e projetos que viabilizassem a redução de sua dependência do Sistema Cantareira. Estudos foram feitos, mas nunca viabilizados.

Em outro, a Sabesp deveria manter programas permanentes de controle de perdas, uso racional da água, combate ao desperdício e incentivo ao reuso da água. O desperdício é um problema sério, já que a

Sabesp não investe na manutenção das redes, o que resulta em perda estimada pela própria companhia em 25% de água tratada na região metropolitana de São Paulo.

Mais uma evidência de que a crise era do conhecimento do governo: em 2010, o Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água, publicado pela ANA (Agência Nacional de Água), já indicava diversas obras de caráter imediato, entre elas o reforço do sistema Alto Tietê e o aumento do bombeamento para o reservatório Biritiba. Todas ignoradas.

Para o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), “o governo do estado tem conhecimento desde 2002 dos níveis preocupantes dos reservatórios, mas não adotou, na velocidade necessária, medidas como a diminuição das perdas”, diz o instituto, em nota.

Desabastecimento também pode gerar desemprego

A crise da água pode afetar mais o emprego do que o “apagão” da energia ocorrido em 2001 (é bom lembrar que foi durante o governo tucano de FHC), pois a eletricidade podia ser fornecida por geradores, enquanto a água não tem substituto, por exemplo, para resfriamento de peças. Quando a água é insumo da produção, o desabastecimento pode colocar o emprego em risco.

Segundo especialistas, a escassez de água e a possibilidade de racionamento, ainda que negada pelo governo, pode impactar não só na produção de forma isolada, mas em toda a cadeia do processo

produtivo, de fornecedores a clientes.

Setores da indústria e da agricultura das regiões abastecidas direta ou indiretamente pelo Sistema Cantareira estão mobilizados. A maioria das empresas ampliou medidas para economizar água, que incluem tratamento e reaproveitamento, e esperam que a situação melhore em breve. Há empresas que já pararam a produção por conta do problema. Outras sinalizam as consequências negativas, como o impacto financeiro, já que essas medidas alternativas sempre geram custos adicionais não planejados.